

Tribunais de contas acumulam indicações de parentes de políticos



Renan Filho. Garantiu vaga para Renata Calheiros no TCE de Alagoas



Rejane Dias, tenta emplacar a mulher, Aline Peixoto, em tribunal da Bahia



Dias. Conseguiu nomear a companheira, Rejane, para corte de contas no Piauí

FISCALIZAÇÃO EM FAMÍLIA
Em tribunais de contas, 30% são parentes de políticos, como os indicados por ministros de Lula

JAN NIKLAS e LUISA MARZULLO

Responsáveis por fiscalizar o uso do dinheiro público, tribunais de contas têm sido aparelhados. Dos atuais 232 conselheiros dessas cortes, 30% são parentes de políticos...

conselheira do Tribunal de Contas do Piauí (TCE-PI). Dias governou o estado até março de 2022 e conseguiu a nomeação em uma articulação com a Assembleia Legislativa, onde segue influente.

ACUSAÇÃO DE NEPOTISMO
Atual ministro do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes nomeou sua mulher, Marília Góes, no Tribunal de Contas do Amapá em fevereiro de 2022, quando ainda era governador do estado. A indicação chegou a ser suspensa pela Justiça sob acusação de nepotismo, mas a decisão foi revertida.

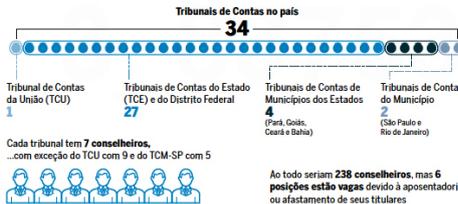
O cenário se repetiu com o ministro dos Transportes, Renan Filho. Em dezembro do ano passado o emedebista, que havia deixado o governo de Alagoas em abril, conseguiu garantir a vaga aberta no Tribunal de Contas do estado para sua mulher, Renata Calheiros. Após ser indicada, ela teve a candidatura aprovada no dia seguinte.

Contestadas na Justiça, as nomeações de familiares para tribunais de contas acabam sendo mantidas. Apesar da proibição de nepotismo no serviço público, as decisões favoráveis seguem jurisprudentia do Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu parentes em funções políticas, como ministros ou secretários.

Professor de Direito Constitucional da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), José Carlos Vasconcelos defende que deveria existir uma mudança nesse entendimento: — O papel de conselheiro de corte de contas é atuar como julgador imparcial e independente. Ele não pode estar manipulado ou subordinado à chefeia do Executivo ou do Legislativo. É

PERFIL DOS CONSELHEIROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Órgãos de fiscalização são loteados com parentes e aliados de políticos



DOS ATUAIS 232 CONSELHEIROS DE TRIBUNAIS DE CONTAS EM ATIVIDADE



- Rejane Dias, mulher de Wellington Dias (PT), ministro do Desenvolvimento Social e governador do Piauí até março de 2022. Ela foi nomeada em dezembro do ano passado para o TCE-PI.
Marília Góes, mulher do atual ministro do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, se tornou conselheira do TCE-AP em fevereiro de 2022, quando seu marido ainda governava o Amapá.
Renata Calheiros, mulher do ex-governador de Alagoas e ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), foi eleita após articulação do marido com o Legislativo local para o TCE-AL em dezembro.
Márcio Pacheco foi o último nomeado no TCE-RJ. Sua indicação é vista como uma retribuição do governador Cláudio Castro (PL). Foi no gabinete de Pacheco que Castro começou a trabalhar na política, como assessor.
Jorge Oliveira foi nomeado para o TCU pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Ocupando a Secretaria-geral da Presidência ele era um de seus ministros mais próximos.
Sérgio Manoel Nader Borges, conselheiro do Tribunal de Contas do Espírito Santo, teve condenação por improbidade administrativa mantida em 2ª instância. Ele é acusado de participar de um esquema, quando era deputado, de pagamentos de diárias de viagens não realizadas a parlamentares.
Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro chegou a ser preso em 2017, na Operação Quinto do Ouro, acusado de atuar num esquema de corrupção na corte.

muito diferente de um ministro, que é um cargo de confiança do Executivo, atuando irmanado.

Em São Paulo há uma disputa que pode resultar na indicação de mais um familiar de político para uma vaga de conselheiro. O presidente da Câmara Municipal da capital paulista, Milton Leite (União), tem pressionado para indicar um de seus filhos ao TCM-SP. Ele trava uma queda de braço com o prefeito Ricardo Nunes (MDB), que, por sua vez, tenta emplacar um aliado no órgão onde vem sofrendo uma série de reverses.

Já no Pará o governador Helder Barbalho (MDB) emplacou nas últimas duas vagas que foram abertas no TCM sua tia, Mara Lúcia Barbalho, e seu ex-vice-governador, Lucio Vale. Este último é réu em uma investigação que apura desvios de R\$ 39,6 milhões em dez municípios paraenses.

"CAPITANIA HEREDITÁRIA"
Assim como numa capitania hereditária, uma vaga no Tribunal de Contas do Amazonas foi passada de pai para filho em 2020. Após Josué Cláudio de Souza Filho antecipar sua aposentadoria da corte, o então deputado e presidente da Assembleia Legislativa, Josué Cláudio de Souza Neto, convocou uma reunião e aprovou sua própria nomeação.

Além de parentes, a nomeação de condenados pela Justiça ou alvos de investigações por crimes que vão de improbidade administrativa até corrupção suscita debate. A Constituição exige que a indicação de ministros ou conselheiros de um tribunal de contas atenda a critérios como idoneidade moral e reputação ilibada, notório conhecimento de administração pública e mais de dez anos de exercício em uma função análoga.

Para a diretora-executiva da Transparência Brasil, Juliana Sakai, a atual composição desses tribunais provoca conflitos de interesses, com parentes julgando as contas dos próprios familiares, e aliados responsáveis por fiscalizar seus padrinhos políticos. O tribunal se torna ineficiente e descredenciado porque está completamente aparelhado. Há uma estrutura de auditores de excelente formação, mas no final quem assina mexe algumas cartas e invalida esse trabalho — diz Sakai.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4